

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

MILENA GABRIELLE APARECIDA MONTEIRO

**AS DIFICULDADES DO ACESSO À EDUCAÇÃO ENTRE FILHOS DE
TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE LUCIANÓPOLIS**

SOROCABA

2024

MILENA GABRIELLE APARECIDA MONTEIRO

**AS DIFICULDADES DO ACESSO À EDUCAÇÃO ENTRE FILHOS DE
TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE LUCIANÓPOLIS**

Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades (DGTH) do Centro de Ciências Humanas e Biológicas, da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientação: Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano

SOROCABA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Monteiro, Milena Gabrielle Aparecida

As dificuldades do acesso à educação entre filhos de trabalhadores rurais no município de Lucianópolis / Milena Gabrielle Aparecida Monteiro -- 2025.

47f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Neusa de Fátima Mariano
Banca Examinadora: Neusa de Fátima Mariano
Bibliografia

1. Educação do campo. 2. Migração. 3. Trabalhador rural. I. Monteiro, Milena Gabrielle Aparecida. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

FOLHA DE APROVAÇÃO**MILENA GABRIELLE APARECIDA MONTEIRO****AS DIFICULDADES DO ACESSO À EDUCAÇÃO ENTRE FILHOS DE
TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE LUCIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Geografia para obtenção do título de
Licenciado em Geografia pela
Universidade Federal de São Carlos.

Sorocaba, 21 de julho de 2025.

Orientador(a)

Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Examinador(a)

Prof. Dr. Mateus de Almeida Prado Sampaio

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

Examinador(a)

Prof. Dr. Marcos de Oliveira Soares

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso ao meu avô (in memoriam), que apoiou o início dessa jornada e que mesmo que de outra forma, está acompanhando o final.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu noivo Lucas Mangueira, que além de ser um incrível geógrafo, é um excelente parceiro. Obrigada por ter me oferecido carinho e suporte durante essa pesquisa. Obrigada por me acompanhar na vida.

À minha orientadora Neusa de Fátima Mariano que me acompanha desde o projeto de Iniciação Científica, obrigada pela paciência, pela inteligência e pela inspiração sempre.

Aos professores do curso de licenciatura em Geografia, agradeço a dedicação e pelos ensinamentos, em especial ao prof. Márcio Fernando, que me marcou desde o primeiro ano de minha graduação com o projeto do Ciclo Dialógico.

Aos meus amigos, obrigada pelos conselhos, risadas e apoio durante esse momento.

À minha família, Eva, Ivan e Regiane. Agradeço especialmente ao meu pai Adair e à minha mãe Aparecida, por todo o suporte físico e emocional. Se eu sigo a minha vida, é porque conheço o amor e a independência, coisas que só sei que existem por causa de vocês.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e compreender as possíveis relações entre a propriedade privada da terra e a educação no campo, bem como identificar seus impactos e problemáticas no modo de vida dos filhos de trabalhadores rurais situados no município de Lucianópolis, interior de São Paulo. Nesse sentido, buscaremos analisar as dificuldades em completar o ensino básico referenciadas por famílias que vivem/viveram na condição de trabalhador rural, sobretudo na condição de trabalhador volante, o que migra de um local para o outro em busca de trabalho. Essa mobilidade em busca do trabalho pode ser um dos fatores que contribuem para a dificuldade do acesso à educação, desde que as relações de classe e trabalho interferem diretamente nos aspectos sociais, definindo o papel e o modo de vida do indivíduo em suas diferentes produções e reproduções sociais.

Palavras-chave: educação; educação do campo; migração; trabalho rural; trabalhador volante;

ABSTRACT

This research aims to analyze and understand the possible relationships between private land ownership and rural education, as well as to identify its impacts and problems on the way of life of the children of rural workers located in the municipality of Lucianópolis, in the interior of São Paulo. In this sense, we will seek to analyze the difficulties in completing basic education reported by families who live/lived as rural workers, especially as temporary workers, who migrate from one place to another in search of work. This mobility in search of work may be one of the factors that contribute to the difficulty of access to education, since class and work relations directly interfere in social aspects, defining the role and way of life of the individual in their different social productions and reproductions.

Keywords: education; rural education; migration; rural work; temporary workers;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Lucianópolis	17
Figura 2 - Gráfico de respostas predominantes sobre a importância dos estudos	26
Figura 3 - Gráfico de respostas predominantes sobre conciliar escola e trabalho	27
Figura 4 - Gráfico de respostas predominantes sobre estabilidade	28
Figura 5- Tabela de Distribuição dos estabelecimentos escolares segundo perfis, por localização da escola – Região Sudeste - 2000	38

LISTA DE SIGLAS

- CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa
- CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ET** – Estatuto da Terra
- ETR** – Estatuto do Trabalhador Rural
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- MEC** – Ministério da Educação
- MST** – Movimentos Trabalhadores Sem Terra
- PROCAMPO** – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
- PRONERA** - Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - AS DIFICULDADES EM COMPLETAR O ENSINO BÁSICO.....	18
CAPÍTULO 2 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO	23
CAPÍTULO 3 - AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO TRABALHADOR RURAL	29
CAPÍTULO 4 - AS POSSIBILIDADES DE ESTUDOS NO CAMPO.....	35
CAPÍTULO 5 – A MIGRAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA.....	39
5.1 - ESTABILIDADE E IDENTIDADE.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

INTRODUÇÃO

O município de Lucianópolis, situado no centro-oeste paulista (Figura 1), consta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com uma população estimada de 2.412 pessoas, em uma área de 189.536 km² (2021). A organização espacial do município está remetida, majoritariamente, pelo trabalho rural exercido, desde que as áreas de fazendas são maiores do que o espaço urbano da cidade, onde os residentes dessa paisagem, em sua maioria, deslocavam-se para trabalhar em sítios no entorno de seu território.

Ao longo dos anos, o município foi perdendo a força de trabalho lucianopolense no trabalho rural, e como sua economia está ligada, principalmente, pela agricultura, o município passa pelo fenômeno de migrações, no qual moradores de Lucianópolis migram para as grandes cidades em busca de melhoria de vida, enquanto recebe trabalhadores do Norte e Nordeste do Brasil para a sua mão de obra.

Para compreender as dificuldades acerca da educação entre filhos de trabalhadores rurais, trabalharemos em torno da condição socioespacial pré-estabelecida que condicionam esse grupo a um determinado modo de vida. O município consta com três escolas, sendo dois estabelecimentos de ensino fundamental e um de ensino médio. A falta de estrutura impossibilita cursos técnicos e superiores, que são oferecidas por cidades vizinhas, gerando atribuições de que de fora do meio rural, a vida pode ser mais promissora e capacitadora das realizações de sonhos e de grandes conquistas.

As escolas rurais que os entrevistados relataram, não existem mais. E hoje em dia, a população de estudantes que moram em sítios e/ou fazendas, dependem do transporte público para chegar à escola. A educação que o município está condicionado, mesmo hoje, não atende a realidade dos estudantes que vivem no campo, situação que transfere o desejo da vida urbana como idealização.

Ademais, de uma população estimada de mais de 2000 pessoas, segundo o censo (IBGE) de 2010, o número de pessoas sem instrução e de fundamental incompleto é de 1.086, e a partir disso, buscaremos os possíveis fatores que contribuíram para essa dificuldade ao ensino básico, através de dois grupos comparativos: um de filhos de trabalhadores rurais que concluíram o ensino básico, e o outro de filhos de trabalhadores rurais que não conseguiram concluir.

Logo, o problema central da pesquisa vem de uma indagação que procura esclarecer como a falta de terra pode afetar a educação básica entre filhos de trabalhadores rurais, visando o seu modo de vida e suas perspectivas acerca do tema proposto, através de abordagens que correspondam à relação desse grupo com os estudos, com os planejamentos para o futuro e as dificuldades enfrentadas nesse caminho, objetivando dar espaço e valorizar a narrativa dos familiares para a realização da pesquisa.

A educação no campo está caracterizada pela sua relação de trabalho. E essa relação se confronta quando percebemos que aos trabalhadores do meio rural, tem sido negada uma educação que os estimule a continuar vivendo do seu trabalho para com a terra (Ribeiro, 2013), ou seja, sua força de trabalho é explorada, precarizada e desestimulada, enquanto sua cultura, arte, lazer e educação são minimizados, reduzidos e apagados, à uma educação de base europeia e que se distancia de sua realidade.

Esse processo de apagamento transforma o campo e redefine a sua estrutura socioeconômica e política (Oliveira, 2007), gerando perda de identidades e de expressões. Por conseguinte, o processo de transformação do campo está marcado pelo desenvolvimento do campo como uma consequência do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista. Isso significa a presença de grandes complexos industriais dentro da produção agropecuária, reflexo do contínuo processo de industrialização do campo. Outro ponto que ressalta esse processo de transformação do campo, é que o processo produtivo do campo não é mais controlado pelo agricultor, mas sim pela força de trabalho através de maquinários.

A tecnologia está muito presente quando falamos de mudança no campo, visto que o processo produtivo passa a ser fracionado por máquinas em função da produtividade excessiva que a indústria propõe, levando a perda de emprego e gerando migrações para outros locais e ao meio urbano. Quando perguntado sobre as principais mudanças vistas no campo ao longo dos anos, os filhos de trabalhadores rurais respondem sobre a tomada dos maquinários e a perda do trabalho manual.

Correspondentemente, é preciso questionar se existe a possibilidade de estabelecer uma permanência de sítiantes e/ou trabalhadores rurais assalariados, se além da precarização do trabalho e da educação, não existem políticas educacionais que estimulem a produção do saber, do conhecimento e da linguagem camponesa e rural.

O trabalho dos pais para esses filhos é algo significativo: “eu achava lindo”, responde um dos entrevistados ao falar sobre o trabalho que o pai exercia na roça, e mesmo assim, a vida urbana parecia mais promissora e carregada de conquistas. Segundo a tese “Identidade e educação de jovens sem-terra”, mesmo para jovens de assentamento em contexto de produção de identidade coletiva, alguns jovens:

(...) ansiava melhoria rápida das condições de vida, que não acreditavam que fosse no campo. Assim, a cidade os atraía, apesar de também assustá-los (Castelo Branco, 1999, p. 5).

A pesquisa foi trabalhada sob a perspectiva da história oral, que consiste, basicamente, em valorizar a identidade e a cultura do indivíduo. Para alguns autores a história oral tem como sentido democratizar as vozes (Meihy, 1996), não se baseando numa entrevista formal que visa somente dar sentido à pesquisa, mas possibilitando um diálogo aberto que envolve uma troca compartilhada de vivências e experiências.

Esse procedimento foi aprovado diante do parecer 5.222.894 pelo Comitê de Ética em 2022, e foi realizado por videoconferência (em função da Pandemia), onde filhos de trabalhadores rurais foram entrevistados, formando dois grupos comparativos. Além disso, a utilização de nomes reais foi devidamente autorizada pelos entrevistados.

O CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas, vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade.

Vale destacar que o depoimento aos entrevistados era totalmente voluntário. Seguindo isso, os critérios para a participação incluíam trabalhadores rurais assalariados, e/ou filhos (as) de, ou ainda sitiantes e/ou filhos (as) de, maiores de 18 anos, do município de Lucianópolis, compondo entre 10 e 15 pessoas. Sendo assim, consiste em dois grupos: um de trabalhadores rurais assalariados e sem-terra, e o outro de trabalhadores rurais que possuem moradia/posse da terra.

Nesta condição, foi encaminhado um convite de e-mail individualmente e uma vez aceito o convite, foi esclarecido o roteiro da entrevista (abaixo). Com a devida permissão, toda a conversa foi gravada e posteriormente houve transcrição. Sobre a

importância da participação desse grupo na pesquisa, ressaltamos o benefício do registro a partir do ponto de vista de um grupo que sofreu com essa condição de precarização da educação, ressaltando, dessa forma, as dificuldades que a mobilidade em busca de trabalho traz à vida desses indivíduos.

Essas narrativas aprofundam reflexões sobre o sistema de dominação-exploração, que configuram e categorizam o papel do indivíduo, onde a figura do patrão indica qual é o seu papel e o seu lugar, em virtude do poder que este advém da propriedade privada da terra, princípio do sistema capitalista.

Essa metodologia propõe um trabalho de colaboração entre um narrador e um oralista, ação fundamental para estabelecer as reflexões e problematizações necessárias para a pesquisa (Gattaz; Meihy; Seawright, 2019), e foi realizada através de um roteiro com questões norteadoras, envolvendo as relações de trabalho e mobilidade do trabalhador rural no campo, bem como sua relação com os estudos:

- 1) Como foi a sua infância no campo?
- 2) Era possível conciliar escola e trabalho?
- 3) Qual seu nível de escolaridade?
- 4) Teve alguma dificuldade para concluir a escola? Se sim, qual?
- 5) Quais são as lembranças que você tem da escola?
- 6) Começou a trabalhar com quantos anos?
- 7) Quais eram suas perspectivas quando criança? Em relação ao âmbito pessoal e no profissional
- 8) Você considera a educação importante para o indivíduo?
- 9) Tem vontade de retomar e concluir a escola em algum momento?
- 10) O que significa estabilidade para você?
- 11) Quais são as expectativas acerca da educação para seus filhos?
- 12) Como você enxergavam a educação antigamente e como enxergam hoje?
- 13) Como você enxerga hoje a realidade de quem vive no campo quanto a educação?

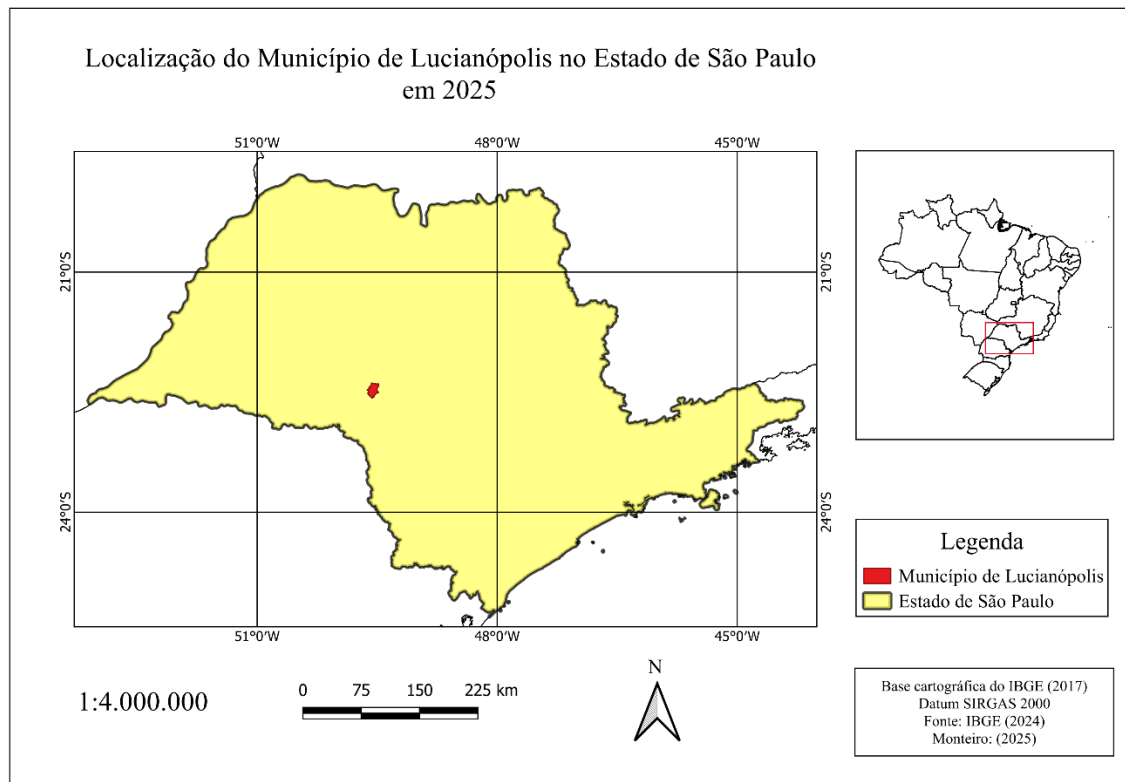
No capítulo 1 será abordado uma breve contextualização sobre a educação brasileira e a educação do campo, a fim de compreender as dificuldades e os desafios postos a esse tema, mediante do conceito de campo e de seus ocupantes. Dentro disso, há a abordagem dos movimentos sociais e as possíveis ferramentas necessárias para manter e preservar a identidade e a realidade do campo, considerando a cultura e a produção do modo de vida de camponeses, a partir de sua própria perspectiva.

No capítulo 2, a educação do campo é analisada juntamente com o conceito de trabalho. A partir do ponto de vista dos entrevistados, iremos relacionar a condição de trabalhador rural e o acesso ou a falta dele, ao ensino. A ideia central é entender como a comparação entre campo e cidade aparece na vida dos entrevistados, considerando as diferentes infraestruturas, sonhos, realidades e possibilidades que cada um pode oferecer.

No capítulo 3, o modo de produção e reprodução do trabalhador rural será analisada sob a problemática do Sistema Capitalista através de uma contextualização estrutural sobre o poder da terra diante dos meios de produção. Exploração, dominação e renda da terra aparecem juntamente com algumas legislações que validam e perpetuam esses conflitos em razão de interesses econômicos. Nesse sentido, os estudos não são colocados como prioridade para o trabalhador do campo.

No capítulo 4, será feito um breve olhar sobre as medidas constitucionais do governo ao longo dos anos para a educação do campo. Algumas dessas ações, validaram as desigualdades entre campo e cidade e não consideraram a identidade do sujeito do campo. Falta de recursos e outras carências são manifestadas nesse capítulo, e a precarização do ensino é evidente mediante algumas teorias pedagógicas de educação.

No capítulo 5, o conceito de migração aparecerá como ideia central para compreendermos o cenário sobre identidade do sujeito, desde que é uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rurais, marcados pela necessidade de trabalho assalariado através do condicionamento que o Sistema Capitalista oferece, alterando condições de vidas, relações familiares e gerando falta de estímulo e uma instabilidade que não prioriza os estudos. Seguindo o conceito de identidade, as narrativas abordadas oferecem uma relação do sujeito do campo com o seu modo de vida e às suas escolhas.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Lucianópolis

Fonte: Milena/2025.

CAPÍTULO 1 - AS DIFICULDADES EM COMPLETAR O ENSINO BÁSICO

A educação brasileira passou por diversas reformas nos séculos XIX e XX, gerando investimentos direcionados na área, em sua maioria para regiões mais privilegiadas socialmente. Esse fator, conseqüentemente afetou a democratização do ensino e do acesso a escola. Grupos sociais mais afortunados, sobretudo da área urbana, eram os mais privilegiados (Souza, 2009), isto num contexto de uma educação de forma generalizada, já defasada. Logo, esse acesso se restringia majoritariamente a uma classe média.

Autores sobre movimentos sociais no campo, sempre denunciaram que a educação no meio rural era subjugada em relação a educação da cidade. Se escolas urbanas possuíam infraestrutura inadequada, falta de formação e qualificação docente, ausência de verbas e outros recursos, no campo além disso, não havia estímulo, e ainda, colaboraria para o deslocamento de estudantes do campo para as cidades (Kolling; Néry; Molina, 1999). Educação e mobilidade são assuntos concomitantes, pois os alunos do campo possuem um distanciamento físico das escolas, principalmente quando essas são até a cidade.

A falta de condução e a jornada contribuem para gerar evasão nas escolas por parte de crianças do meio rural, desde que muito são filhos de trabalhadores rurais que precisam intercalar a sua carga de trabalho aos estudos, muitas vezes acordando mais cedo do que o normal entre outros fatores. Essa diferenciação visível entre a educação no urbano e no campo, é estrutural na história do Brasil, pois sempre houve um desequilíbrio material e de demanda (Souza, 2009).

Num contexto relacionado ao estado de São Paulo, a prioridade do Estado era desenvolver indivíduos do urbano, e a partir do momento em que a educação ruralista começa a ser implementada, é apenas para conter o êxodo rural.

Segundo Molina (2010), o conceito de campo pode ser compreendido como lugar ou território e envolve a relação do homem com a terra; portanto, o sujeito do campo pode ser compreendido como o camponês, ribeirinho, quilombola, sem-terra... que no geral, são sujeitos organizados por uma estrutura social e que formam uma classe. Essa classe, sendo subjugada e ignorada, tende a visualizar o urbano como uma realização, nesse sentido, praticam a migração de êxodo rural.

As escolas do campo em algumas bibliografias eram descritas como simples, isoladas e abandonadas (Souza, 2009). Podemos relacionar essa situação como resultado do processo desigual de expansão do capital, que inclusive, monetiza o campo e sintetiza a vida do camponês apenas ao trabalho rural. Se o campo atende diversas comunidades e classes, é possível questionarmos se este ensino valorizava a identidade do sujeito.

Em breves análises, o currículo escolar criticado por ruralistas na década de 30, por exemplo, desde que tudo estava relacionado aos valores urbanos. Havia uma incompatibilidade na escola do meio rural com o meio que viviam, praticavam, pensavam... e toda essa dinâmica torna o urbano mais atrativo.

O que devemos nos perguntar, é: havia uma garantia da cidade suprir o indivíduo camponês? Ainda por outra perspectiva, manter esses indivíduos no campo, com uma educação no campo e para o campo, seria possível? Os professores estavam adaptados para apresentar um ensino que atendesse a subjetividade do campo? Atribuímos duas contradições principais: 1) se houvesse quebra da expectativa entre filhos de trabalhadores rurais, como reerguê-los? 2) os professores do campo estavam preparados para mediar este processo?

Segundo pesquisas no INEP, publicadas no ano de 1950, a posição de um professor rural era considerada inferior ao professor urbano (Bezerra Neto, 2003), e os professores do campo aspirava transferir-se para a cidade. A diferença de salário também era considerável. Portanto, é visível um preconceito contra a educação rural e os atuantes, tanto em relação aos professores mediadores quanto os alunos, tópico que já foi discutido. Esse cenário gera uma negação da roça e para com sua permanência.

Nessa perspectiva, o baixo salário pago ao professor que atuava no meio rural, juntamente com as condições de trabalho e moradia que lhe eram impostas, acompanhado das dificuldades decorrentes da precária formação profissional a que estavam submetidos, contribuíam para que ele encarasse aquele trabalho como algo sazonal (...), período pelo qual ele deveria passar até chegar o momento de se transferir para a cidade, onde seria reconhecido pelo seu talento, quer através de uma melhor remuneração (...) (Neto, 2003. p 95).

Por conseguinte, Bezerra Neto (2003), indica que mesmo com uma educação ruralista em si, isso não era capaz de manter o camponês no campo. Precisaria ir além, precisaria haver uma melhoria econômica e social para a vida do homem no campo,

formas de trabalho menos abusivas e esgotadoras, que não pensam apenas da produtividade. Permitindo assim o descanso, lazer, cultura, ganhos financeiros.

Esse conjunto todo, permitiria a permanência do indivíduo no campo. É necessário haver uma sistematização cultural, econômica e social, também a figura do professor.

Contudo, é possível compreender o quanto a educação no campo é desafiadora por inúmeros fatores, e ao se debruçar sobre este tema, temos perspectivas tanto de ruralistas que contribuía para o currículo, pensando no camponês, quanto perspectivas diretas de movimentos populares. Alguns ruralistas queriam estreitar a educação rural, tornando-a específica.

De modo geral, o currículo pedagógico visava atender as reais necessidades do camponês, desenvolvendo o preparo com a terra, higiene no campo e outros parâmetros. Esse tipo de educação poderia ser benéfico? A identidade certamente precisa ser levada em consideração, mas esses indivíduos precisam estar preparados de uma forma que os permitisse transitar em outras realidades, sem causar tanto deslocamento e preconceito.

No fim, a perspectiva de pesquisadores ruralistas, mesmo que com intuítos positivos, é completamente diferente de uma classe de fato camponesa, que produz e reproduz no campo, sendo sujeito do campo. Ademais, há diferenças mesmo entre esses camponeses, que podem ser divididos entre trabalhadores volantes que são expulsos de suas terras, entre agricultores possuidores de uma pequena propriedade, entre os sem-terra.

Estes sujeitos sim, estão envolvidos de forma direta pela mesma contradição do capitalismo e da modernização do campo brasileiro, portanto, esse desafio em relação a educação no campo, precisa ter um caráter popular.

Essa contradição é fundamental que os movimentos sociais do campo vêm lutando para superar, tendo em vista a expulsão da terra e sua concentração por poucos que desse processo resulta. Uma contradição que se converte em luta social para a conquista do direito à reprodução da vida e na terra dividida, para que os homens possam nela trabalhar a ela se integrar socialmente (..) (Antonio, 2010, p. 30)

Em decorrência disto, a Educação no Campo é muito desafiadora, pois está atrelada ao desafio de romper com a filosofia educativa liberal. Portanto, esse processo é

limitado não apenas por um viés social, já que está diretamente relacionada com o trabalho rural, que por sua natureza, acentua a produtividade e a falta de permanência.

Essa relação de trabalho que molda a realidade social e define as prioridades do sujeito, sobretudo aquele numa classe social mais baixa, onde se encaixa o filho do trabalhador rural. Será que é possível manter uma formação saudável entre cultura e trabalho no campo? Movimentos como o MST, buscam criar ferramentas e elaborar diálogos, estudos e outros meios para fixar o trabalhador rural por meio da educação, atrelada a Reforma Agrária. E o que deveria estar em prol da educação no campo? Alguns exemplos que valorizem o indivíduo: compreender a sua realidade no campo, entender a cidade e o campo como indissociáveis, bem como sua relação contraditória e comunicação com movimentos populares.

Destaca-se, de modo geral, a necessidade da compreensão da atual e histórica luta de classes no campo, onde se é possível entender a negatividade do avanço do agronegócio e como isso impacta suas vidas. Segundo Antonio (2010),” compreende-se que um projeto de educação do campo que, pela sua relação indissociável com o trabalho assume uma dimensão educativa da formação humana, traz em si as mediações fundamentais com a vida social no campo”.

Indubitavelmente, a cultura e identidade dos sujeitos do campo, é negada e colocada como conflitante, tornando, então, indispensável uma Educação do Campo que produz conhecimento sobre o modo de vida desses povos, dialogando com o modo de produção.

Em uma primeira análise, os movimentos sociais são as ações mais próximas de atingir esses indivíduos, pois reivindicam o direito a terra, situação que vem se esvaindo com o avanço da modernização do campo e com o apoio do Estado. Para Molina (1999), são os movimentos sociais que levam em conta a cultura, as características, as necessidades e os sonhos do que vivem no campo e do campo.

A importância desses movimentos é tão significativa quando vemos ao longo da história que o ensino para o campo brasileiro não teve os próprios sujeitos do campo como protagonistas. Pelo contrário, esse ensino contribuiu para que se perpetuassem desigualdades sociais neste lugar, trazendo desvantagens entre pessoas do campo e da cidade, bem como a prioridade era negar a identidade, sendo colocada como algo negativo e obrigando aos camponeses, uma relação com a terra que atendesse apenas a realidade

da modernização. E quando esse sujeito não se enquadrava pelos inúmeros fatores citados, era considerado “atrasado” para o sistema produtivo

CAPÍTULO 2 – A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação no campo foi conquistada no século XX através de movimentos populares, especialmente o Movimento Camponês. A conquista pela educação básica atingiu muitas famílias de camponeses e agricultores, mas nem tem todas as regiões.

No município de Lucianópolis, as duas famílias entrevistadas, mostram-nos os desafios postos à educação e como isso está relacionado ao trabalho, onde seus sonhos, formas de ver o mundo, e a forma de se relacionar estavam diretamente caracterizadas por uma condição de trabalho. Temos a comparação entre a “escola do sítio” e a “escola da cidade”, e como a migração interrompeu estudos e relações sociais.

Os processos para atingir uma educação inclusiva e que atinge a todos ainda está em andamento. Os entrevistados expõem as principais diferenças que viram sobre a educação no campo ao longo dos anos, e alguns colocaram como antigamente, era mais difícil e hoje em dia mais acessível, pois existem leis e Estatutos como o ECA, que permitem que filhos de trabalhadores rurais permaneçam na escola, mesmo que esta não atenda a sua identidade.

(...) Hoje quem está no campo tem mais facilidade do que na minha infância, na minha época. Porque hoje tem assim, o conselho tutelar... existe uma assistência né, que dá ali pra criança e pro adolescente, então uma criança não pode ficar muito tempo sem ir pra escola hoje em dia. Porque naquele tempo não tinha essa exigência de ter uma pessoa pra orientar os pais, então tem criança que não ia pra escola. Eu tenho irmãos que estudou até a segunda série. Eles não tem estudo, eles não tem conhecimentos, então é assim, hoje facilitou bastante. (...) Tem uma criança no sítio e não tá indo na escola? Então vai um orientador lá procurar orientar os pais. Manda transporte. Então hoje tá bem... bem facilitado com a educação, com essa dificuldade da educação de antes. (Aparecida de Jesus, 45 anos, mulher.)

Nesse sentido, alguns autores como Marlene Ribeiro, pauta que a educação rural, antes do movimento camponês de 1988, negava a existência do camponês. Antemão a isso, uma das entrevistadas comenta da situação em que a professora do sítio utilizava xingamentos como “burro” e outros, porque o aluno não conseguia “acompanhar os estudos” como os outros, comparando-o e o diminuindo perante a turma. Foi comentado também, que na escola do sítio, havia atividades sobre o manuseio da terra, onde eles aprendiam a tratar de horta, entre outras atividades.

(...) Gostava também que a gente tinha um... uma atividade curricular de mexer com hortas. Então tinha uma horta nessa escola, então assim, cada semana um aluno era selecionado pra cultivar e cuidar dessa horta... (...) Eu gostava que a minha vez caía na sexta feira, então assim, depois do recreio, eu ia pra horta. Então aguava, tirava os matinhos da horta. Então era muito gostoso. Era uma horta linda e imensa, maravilhosa e linda. (Aparecida de Jesus, 45 anos, mulher.)

Através de relatos obtidos, o mais próximo que temos de escola rural, é a escola de sítio. A escola mais citada dentre os entrevistados, é a escola do bairro rural Ribeirão Bonito, que oferecia o ensino da 1ª a 4ª série. Os que frequentaram esta escola, relatam muitos casos de violência contra o aluno, bem como não indicaram uma educação que fizesse sentido, ou ainda assim, envolvesse a realidade dos alunos. Ainda ressaltam, que a escola da cidade era melhor por questões de estrutura e acesso.

É rígida. A escola rural, naquela época lá, cê não podia falar um "A" que a professora dava atenção. (...) Então por isso que eu falava: Por que eu tenho que ir pra escola? pra apanhar? levar reguada? ajoelhar no milho, né? Então hoje, a escola hoje, tá 100% melhor porque antigamente era bem rígido. (Divina Almeida, 51 anos, mulher.)

(...) eu não acho isso correto, mas de primeiro os professores eram muito assim, é... Já tive professoras que castigou muito os aluno, sabe assim... (...) Na escola do sítio, pegava o aluno (faz gesto puxando a própria manga da camiseta), pegava o aluno e puxava atrás da porta. Dava beliscão, isso aí eu falo porque já presenciei, isso aí eu guardo na minha memória. (Adair Miguel, 44 anos, homem.)

É possível estabelecer que, se houvesse uma escola rural, que oferecesse atenção a realidade, cultura e identidade desses filhos de trabalhadores rurais, eles talvez estivessem mais interessados em permanecer à escola, porém, a realidade da pobreza impedia que esse tipo de vontade atingisse estes sujeitos.

A escola pra mim, eu vou dizer... Eu naquela época, a escola... Eu não sabia por que que eu tinha que ir pra escola. as vezes eu mema ficava imaginando em casa... falava assim pra minha mãe e pra o meu pai: Por quê que eu tenho que ir pra escola? Eu não sabia o porquê que eu tinha que estudar! (Divina Almeida, 51 anos, mulher.)

O Estado, através de atos legislativos que retiram direitos desses trabalhadores, se beneficia em não investir políticas públicas de educação do campo e para o campo. Pois, nesse contexto de educação do campo, articulado à luta pela reforma agrária, tornaria o

campesinato um processo possível a esses indivíduos. Esses indivíduos, por ora, se agarrariam em sua formação de identidade em função de sua própria produtividade em sua ordem de valores, e a idealização do urbano, pararia de ser em sua função dialética, uma necessidade de mudança de vida, mas ainda assim, ofereceria outras contradições.

Os dois grupos comparativos, que denominaremos de família A e família B, tiveram o mesmo tipo de trabalho, mesmo modo de vida, e a mesma cultura. Porém, a educação foi possível somente em um lado. Um dos pontos mais significativos que podemos indicar, é que a família A, viveu um período como trabalhador rural volante, mudando de sítio em sítio, de cidade em cidade, vivendo sob a mobilidade exercida em busca de trabalho, e esses filhos de trabalhadores rurais, dentre 7 filhos, nenhum concluiu o ensino básico entre a infância e adolescência. Hoje, dois destes filhos participaram do EJA e conquistaram o acesso à educação.

Assim, é... pra estudar, assim, eu sempre tive um atraso na escola porque meus pais se mudavam muito de um sítio para o outro. Até de um município para o outro, então era difícil a gente ter acesso a escola. (Aparecida de Jesus, 45 anos, mulher.)

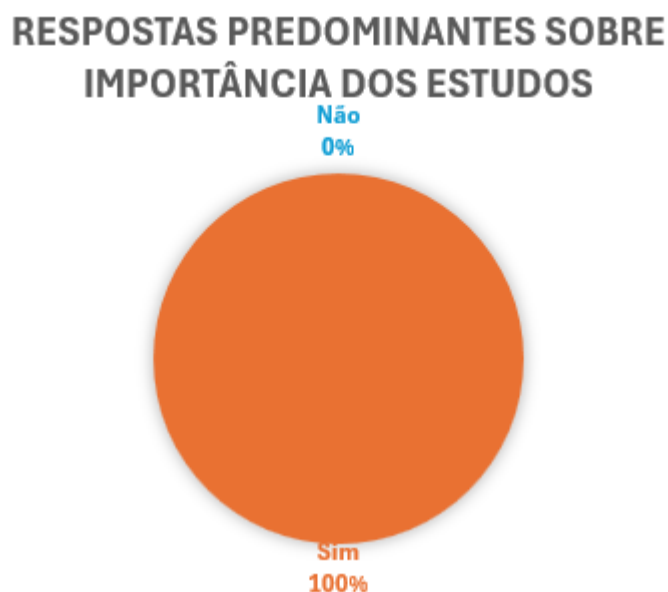
(...) Mudava muito, viu... nois num ficava dois meses, um ano, cinco meses... era muito. Tive muita mudança naquela época com meus pais, muito muito. Mudava muito. (...) por necessidade. Por salário. Nois passava fome aquela época lá. Nois num tinha, dentro de casa, nois não tinha móvel, nois não tinha nada. (...) (Mudavam) em busca de trabalho. (Divina Almeida, 51 anos, mulher.)

Na família B, através de um arrendatário (terra recebida para a produção), conseguiram se estabelecer financeiramente e comprar uma casa. Logo, os 5 filhos concluíram o ensino básico no período da infância e da adolescência.

(...) aí foi onde meu pai conseguiu a comprar uma casinha na cidade, que até hoje minha mãe mora lá. Ele conseguiu comprar umas cabecinha de boi, conseguiu comprar um carrinho. Aí quando a gente tava com uma vida assim, meia... que assim, assim, estabilizada, vamos assim dizer, que a gente decidiu ir pra cidade morar na nossa casinha, né. Que aí foi onde a gente foi embora. Eu não me recordo com quantos anos eu estava nessa época, acho que uns quatorze anos, quinze se eu não me engano. E aí que a gente foi pra morar na cidade. (...) (Adair Miguel, 44 anos, homem.)

A fim de observamos os dados das entrevistas ainda de uma forma mais clara, vamos tratar do tema educação e estabilidade através dos gráficos:

Figura 2 - Gráfico de respostas predominantes sobre a importância dos estudos



Fonte: Milena Monteiro/2022.

Em contextos de filhos de trabalhadores rurais que concluíram e os que não concluíram o ensino básico, o estudo aparece como um conceito importante para todos dos dois grupos comparativos, algo que foi muito relacionado à conquista e liberdade. A formação na escola é considerada uma expectativa para seus filhos e o sonho de retomar os estudos para aqueles que não tiveram a formação, ainda é presente:

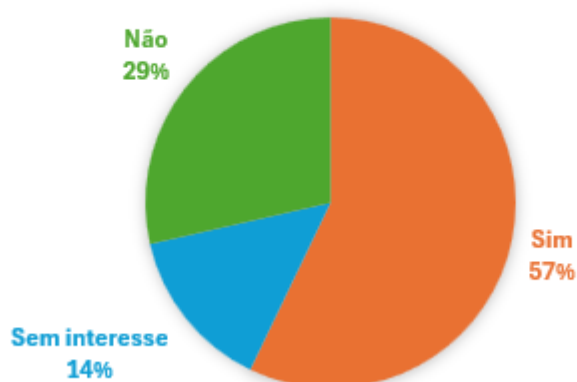
Eu to querendo. Hoje eu tenho (Retornar aos estudos). Hoje eu tenho sim. Eu pretendo subir na minha vida. Tem hora que dá vontade de desanimar, entendeu? Porque tem muita dificuldade que atrapalha a gente.” (Conceição de Almeida, 43 anos, homem.)

No gráfico abaixo, podemos observar como as dificuldades do acesso à educação estão relacionadas, previamente, a falta de moradia gerada pela migração entre os filhos de trabalhadores rurais e a barreira implementada pela conciliação do trabalho com os estudos. Na entrevista, a pergunta: “era difícil conciliar escola e trabalho?”, teve um percentual mais alto com a resposta de sim. Surge a resposta de “sem interesse”, pois um dos entrevistados em questão, colocou que na época, não via a escola como algo importante e o mais objetivo era focar no trabalho para ajudar a família.

Na verdade, eu vou falar uma coisa pra você, eu não vou mentir. A escola pra mim... era um presídio. Eu preferia ficar no serviço. Não vou mentir pra você de maneira nenhuma. (Conceição de Almeida, 43 anos, homem.)

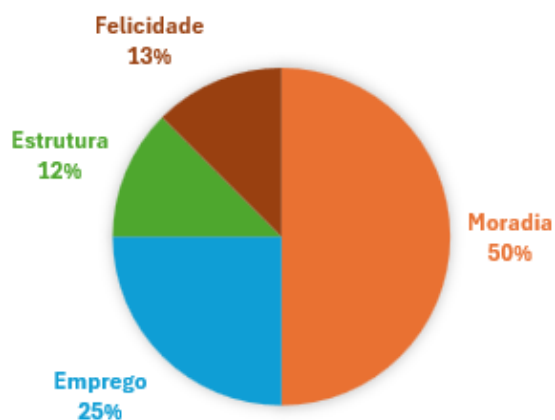
Figura 3 - Gráfico de respostas predominantes sobre conciliar escola e trabalho

RESPOSTAS PREDOMINANTES SOBRE CONCIALIAÇÃO DE ESTUDOS E TRABALHO



Fonte: Milena Monteiro/2022.

A falta de moradia é uma questão estrutural, onde muitos trabalhadores rurais são condicionados a resistir e lutar em busca de novas oportunidades de vida. Esse movimento de migração volante, revela uma falta de estabilidade em relação à inúmeras esferas da vida. Nesse sentido, ao responderem sobre a perspectiva de estabilidade, os filhos de trabalhadores rurais indicam, principalmente, o desejo da moradia.

Figura 4 - Gráfico de respostas predominantes sobre estabilidade**RESPOSTAS PREDOMINANTES SOBRE ESTABILIDADE**

Fonte: Milena Monteiro/2022

Seguindo essa linha de análise, as relações de classe e trabalho interferem diretamente aos aspectos sociais, que define o papel e o modo de vida do indivíduo em suas diferentes produções e reproduções sociais, incluindo sua educação. A identidade do trabalhador rural e em especial, o trabalhador volante, está remetida numa condição imposta por formações estruturais relacionada à força de trabalho e à exploração, através de sistemas que configuram e categorizam o papel do indivíduo, tanto no campo, quanto na cidade.

Logo, essa formação de modo de vida, força de trabalho e de identidade, pode partir do princípio em que colocamos a terra como fundamento de dominação e de exploração do patrão sobre o trabalhador, onde o trabalhador assalariado e/ou volante está envolvido numa relação precária de trabalho. Essa condição o leva a uma mobilidade frequente e o condicionando a uma instabilidade em relação à educação, desde que o sustento da família é priorizado.

CAPÍTULO 3 - AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO TRABALHADOR RURAL

Sobre a problemática apresentada, Ariovaldo Umbelino de Oliveira escreveu em “Modo capitalista de produção e agricultura”, que a renda da terra é uma categoria permanente, e que ocorre tanto no campo, quanto na cidade. O lucro oferecido por esta terra é eventual para a indústria, devido ao avanço tecnológico, e é um aspecto permanente, sobretudo para a agricultura, pois infere nas diferenciações de tipo de solos em detrimento de sua fertilidade.

Como já dito anteriormente, nesse sistema é desempenhado uma organização espacial que ocorre através do processo de territorialização, determinado pelo processo de industrialização. A terra enquanto produto, depende da exploração e espoliação para atuar no mercado, atravessando em conceitos que nos explicam os conceitos de apropriação e mais-valia:

A renda da terra também é denominada renda territorial ou renda fundiária. Como ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência (Oliveira, 2007. p.43).

Portanto, a renda da terra é uma fração da mais-valia, conceito oferecido por Marx, desde que os proprietários de terra se apropriam dos meios de produção, sem pagar o necessário aos trabalhadores. Esse conceito de produto excedente, refere-se a parcela da produção além da parte necessária para a subsistência do trabalhador.

Por isso, o conceito de renda da terra é fundamental para a compreensão da realidade agrária e urbana, processo adquirido através de uma breve análise da industrialização, desde que em ambas as espacialidades, a terra entra como componente importante, resultado da concorrência exercida sob o modo capitalista de produção.

Esse pressuposto não parte da propriedade privada do solo em si, mas sim do seu caráter produtivo, através de seu valor partidos do trabalho manual e do industrial. Essas formas particulares de renda aparecem no campo e na cidade (Oliveira, 2007), onde a

terra é propriedade privada de uma classe ou uma fração de classe. Logo, esse conceito só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir.

Conforme analisamos a relação de produção, a força de trabalho no campo é explorada. Essa organização do trabalho dificulta o acesso aos direitos básicos à trabalhadores rurais e aos seus filhos, desde que são condicionados a buscar uma melhoria de vida em torno do que é lhes oferecido.

Em teoria, desde 1963 é oferecido direitos prévios da CLT aos trabalhadores rurais, como direito a salário-mínimo, férias anuais e aviso prévio, mas segundo Silva (1999), esses direitos permaneceram inertes a estes trabalhadores. Na legislação, foram implementadas a partir de conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura, o Estatuto da Terra (ET) e o Estatuto do trabalhador Rural (ETR), principalmente, sob o interesse do Estado em prol dos aspectos econômicos.

Durante esse período, houve muita luta de movimentos políticos do campo, pela melhoria na condição de trabalho e pela reforma agrária. Porém, Silva expõe o interesse na economia e na mediação de conflitos ao estabelecer esses Estatutos:

(...) o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho”. Esse processo buscou atingir interesses econômicos de uma fração dominante, a fim de assegurar uma dominação de classe. (SILVA, 1999, p.64)

Nesse sentido, aparecem conceitos legislativos que definem o que é o empregado rural, intensificando a exploração da forma de trabalho, e não considerando os trabalhadores volantes dentro destas leis. Segundo a Lei nº 5.889/73, que substituiu o ETR, o “empregado rural”, que anteriormente era o “trabalhador rural”, era aquele que trabalhava diretamente para um empregador em bases não eventual. A lei 6.019/78, “definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassava 90 dias” (Silva, 1999).

Ou seja, estes trabalhadores não teriam os benefícios da nova lei, sendo excluídos da legislação trabalhista, e que também proibia os descontos nos salários por gêneros alimentícios produzidos pelos próprios trabalhadores, contribuindo, de forma direta, a

expulsão dos trabalhadores do campo, e além de negarem a sua condição de trabalhador, retiraram também, sua identidade cultural. A modernização da agricultura que conhecemos, receberam o suporte desses dispositivos, garantindo a mudança das relações de trabalho que por muitas das vezes, se dá por meio da migração.

Algumas das pessoas da família que não concluiu o ensino básico, enumeram a quantidade de municípios e de sítios que passaram durante a infância, ou que ainda passam, em busca de uma condição melhor de trabalho, já que até hoje, não é algo bem garantido por lei, principalmente em algumas regiões.

Eu passei na fazenda cachimbo, água branca, saltinho, eu passei pelo... santa rita, primavera, trevo de Lucianópolis, e já passei no... na três M que é meu coração. Nunca me esquecerei dela. E... tive que sair porque não deu certo, mas é uma fazenda que fiz o plantio dela, uma fazenda que tem o meu coração. Eu passei por ela, passei em santa Terezinha, passei pela fazenda aqui de cima perto de Cabrália, Guaratuba, morei cinco anos nela. Eu fui casado, tempo que era casado. Fui casado a muito tempo. Depois passei mais cinco no Hélio. (Conceição de Almeida, 43 anos, homem.)

A figura do trabalhador que migra de um local para o outro em busca de trabalho, indica que esses sujeitos são colocados perante as dificuldades em relação a instabilidade em torno de moradia, segurança e educação, onde o sustento a família é fortemente priorizado. Por isso, um dos principais desafios que se coloca à educação no campo (Ribeiro, 2013), é a conquista e permanência na terra de trabalho.

Esta falta de acesso à terra, perpétua uma migração de origem excludente, uma migração forçada. E os reflexos desses processos acerca da dificuldade do acesso à educação no campo, se tornam evidentes, quando as narrativas dessas famílias são expostas.

A família A, originada de trabalhadores volantes, conseguiu se estabelecer um tempo depois, permanecendo no mesmo sítio por anos, depois dos filhos crescidos. Um desses filhos, hoje em dia, atua como trabalhador volante aos redores de Lucianópolis, e relata sua perspectiva em relação às transformações que o campo sofreu, levantando um certo padrão nas fazendas.

Esse padrão indica que jovens estão cada vez menos presentes nessas paisagens, levando-nos a considerar, a idealização do urbano como uma vida promissora e estável, capaz de oferecer conforto no trabalho e na educação, diferentemente da que lhes é

oferecida no espaço rural. Sobretudo, a vida na cidade torna-se um produto de sonhos, próspera e oferece melhorias de condições de vida, livres do sofrimento que seus pais passaram em meio às dificuldades da sobrevivência na terra.

A cidade que assustava, também era atrativa, mesmo para jovens de assentamento (Castelo Branco, 1999) que participavam ativamente da produção de identidade e de coletividade no campo.

(...) Hoje é difícil (...) Sabe por que é difícil? Eu trabalho hoje várias fazendas, eu fico em várias fazendas. Sabe por que é difícil? Porque hoje a juventude hoje vai tudo pra cidade. Vai tudo pra cidade. Daí ocê chega na fazenda, só topa casal. O idoso, sempre a mulher, tudo idoso. Eu tô indo em bastante fazenda (...) Então hoje você não topa com bastante pessoas, que nem tinha antigamente. Antigamente você ia pras fazendas e nossa... tinha bastante gente. (...) Hoje você não vê as pessoas mais. Antigamente você via bastante movimento nas fazenda, as pessoa mais nova tava tudo na fazenda, hoje tão tudo na cidade. Procurando os melhor né, com certeza. (Conceição de Almeida, 43 anos, homem.)

Essa padronização surge do pressuposto do árduo trabalho oferecido, decorrente da exploração e da precarização do trabalho no campo, perpendicular às histórias de lutas e de sofrimento, para aqueles que não possuem terra e que dependem do patrão.

Através dos novos processos de alterações nas relações de produção na agricultura, ocorre a diminuição do trabalho manual, substituído por maquinários, evitando, assim, a permanência do indivíduo na terra.

Esses indivíduos, quando não partem para a cidade, seja por falta de formação para se manter-se, ou pela vivência e de fontes de identidade que o campo lhes oferece, é condicionado a migrar-se, em busca de trabalho.

(...) morei um período em Bauru, na cidade. Mas só que não consegui me adaptar em cidade e voltei de novo pra roça. A gente que é acostumado no meio do mato não consegue ficar na cidade. (Ailton Bernadino, 51 anos, homem.)

Assim, a gente vive na cidade grande, porque... é que nem eu falei, é... a gente, por mais que tenha dificuldade de ser tudo no custo, no dinheiro. Mas assim, é... você não sofre, vamos dizer assim, porque na vida, na lida, é uma coisa muito sofrida. (Adair Miguel, 44 anos, homem.)

Que nem falei pra você... como a gente não tem condições de ter um pedaço de terra pra trabalhar, seu mesmo, então você fica trabalhando pra pratão em troco de trabalho que as vezes é muito menor do que na cidade, aí não compensa. Como eu te falei, como tudo é máquina hoje, vai chegar o momento

que você vai estar no sítio mas não tem emprego. (Jair Monteiro, 45 anos, homem.)

Em relação às perspectivas dos entrevistados acerca de uma vida estável e das expectativas que tinham quando crianças, relatam o “ser alguém” como uma ideia que poderia ser somente alcançada com estudos, algo que até então, era impossível para a realidade de muitos, desde que o trabalho era fundamental e visto como primeiro lugar, para ajudar a manter a família.

A precarização, a extrema pobreza e a falta de moradia fixa, não permitia que todos os filhos da família A pudessem estudar e trabalhar ao mesmo tempo, portanto, a escola entrava como segundo plano, como uma realidade distante e até irracional. Nesse sentido, o trabalho era iniciado precocemente.

Ah... acho que pela minha idade, comecei com onze anos de idade. Com onze anos comecei a trabalhar com eles (os pais). E muitos natal, que não podia ter, porque nois tinha que tratar de bicho-da-seda. (...). Eu preferia ficar no serviço. (Conceição de Almeida, 43 anos, homem.)

Trabalhei com nove anos, até os meus treze ano trabalhei na roça, saída de madrugada e enfrentava frio...(...)Ah, minha infância foi sempre trabalhar né, desde pequeninha (Divina Almeida, 51 anos, mulher.)

Com nove anos de idade eu já fui tomar conta da casa. Porque minha mãe era costureira e meu pai era lavrador. E eu ajudava ele, ajudava minha mãe. E não podia nem estudar.(...) Ah... a minha infância no campo, pra falar a verdade a gente não teve nem infância. (Eva Monteiro, 63 anos, mulher.)

No mais, as condições e as organizações do trabalho rural não favoreciam o indivíduo, dificultando o acesso aos direitos básicos como educação, saúde e moradia. As dificuldades que trazem instabilidade à vida desses trabalhadores e de seus filhos, estão relacionadas, principalmente, pela mobilidade excessiva. Foi exposto, como a busca pelo trabalho dos pais, dificultava manter as relações interpessoais, pois corroborava com o “atraso” na escola e interrompia o processo de criar laços, e de se envolver com pessoas de fora do âmbito familiar.

Assim, é... pra estudar, assim, eu sempre tive um atraso na escola porque meus pais se mudavam muito de um sítio para o outro. Até de um município para o outro, então era difícil a gente ter acesso a escola. (...) Com certeza eu tinha concluído meus estudo tudo certinho, e se não fosse o fato deles se mudarem de um lado pro outro, eu tinha sim, apesar de não ter um transporte que seria mais próximo de mim ali e tal, caminhando muito quilômetros. Eu acredito sim que...eu sim, que eu me engrenava nos estudos e quem sabe eu seria até...

tinha feito uma faculdade. Tentado uma faculdade. (Aparecida de Jesus, 45 anos, mulher.)

(...) como eu te disse, assim... eu tinha vergonha até, por eu ser a maior da turma, por a minha idade ser a mais avançada e acompanhar aqueles pessoal assim, da primeira, segunda e terceira série. Eu me sentia envergonhada... porque ficava... as vezes eu ficava um mês numa escola, meus pais já mudavam e aí ia... (Aparecida de Jesus, 45 anos, mulher.)

Essa organização social imposta pela organização do trabalho, indica a realidade do que a terra pode oferecer. A terra é um componente importante que atua dentro da condição de dominação-exploração entre o trabalhador rural e o proprietário.

Antemão a isso, as condições precarizadas do trabalho no campo apresentadas, não foram sequer evidenciados pela figura do patrão. A pobreza e o trabalho árduo, são quase que desanuviadas por um outro responsável, sendo este o proprietário ou algum outro sistema, aparecendo como uma consequência da lida sofrida.

Logo, consideramos a importância de movimentos do campo pela Reforma Agrária, a fim de estabelecer uma revolução agrária que traga mudanças políticas, sociais e econômicas, através de um processo amplo e geral, onde camponeses e trabalhadores rurais possam ter seus direitos conquistados e sua identidade estabelecida.

Essa identidade, que por sua vez, é algo que não se constrói no indivíduo isoladamente, mas sim através de uma relação social (Silva, 1999), e através do ato coletivo dessas relações, podem ser ressignificadas.

CAPÍTULO 4 - AS POSSIBILIDADES DE ESTUDOS NO CAMPO

A depender das Constituições existentes no Brasil, a educação para o campo foi pouco valorizada e/ou negligenciada. Emendas, medidas provisórias e outras teses jurídicas que favoreceram a educação do campo, aconteceram através de ações de movimentos populares, que pressionaram governantes e exigiram que seus direitos fossem garantidos.

Nosso país sempre foi um grande potencial agrário, cenário que marcou seu desenvolvimento, porém ignorou seus agentes sociais, tornando o campo um espaço de exploração e expropriação por latifundiários, que excluíram identidades, perpetuando as desigualdades sociais entre os espaços urbano e rural. A educação do campo ideal está relacionada ao desenvolvimento cultural e social a fim de priorizar os diferentes sujeitos do campo, e não aquela que foca em transformar o sujeito do campo igual aquele da cidade, ou mesmo que considerasse apenas o “atraso” dessa comparação para ser resolvido.

Para isso, é necessário considerar, também, a formação de educadores do campo para realizar o avanço da educação e a redução da desigualdade em prol da reforma agrária. Essa redução das desigualdades e da precarização do ensino se mostra altamente necessária, quando essa se manifesta em diferentes níveis, por exemplo:

Dentre as graves carências, destacam-se: a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, que apresenta um patamar de 23,3% na área rural, três vezes superior àquele da zona urbana, que se encontra em 7,6%; a escolaridade média da população de 15 anos ou mais, que vive na zona rural, é de 4,5 anos, enquanto no meio urbano, na mesma faixa etária, encontra-se em 7,8 anos; as condições de funcionamento das escolas de ensino fundamental extremamente precárias, pois 75% dos alunos são atendidos em escolas que não dispõem de biblioteca, 98% em escolas que não possuem laboratório de ciências, 92% em escolas que não têm acesso à internet (Molina, Montenegro, Oliveira, 2009, p. 4)

Muitos programas sociais foram criados para reduzir esses problemas, mas encontraram outros em sua execução, principalmente em relação aos seus recursos, além de que o avanço do capitalismo no campo exige estratégias mais firmes e eficientes para resistir e enfrentar as contradições trazidas por este sistema. Nesse sentido, precisamos

nos perguntar: Qual é o objetivo da escola do campo? Fortalecer os camponeses, fazendo com que eles sejam protagonistas de seu território e de suas próprias práticas educativas, incentivando-o a permanência. Para isso, é interessante garantir um diálogo entre escola e comunidade, a fim de democratizar e quebrar as barreiras de um ensino excludente. Além disso, qual é o perfil do educador do campo? De preferência, que seja uma pessoa da própria comunidade rural, para melhor conseguir compreender os processos, estigmas e reprodução de indivíduos do campo, valorizando a permanência da terra mais do que ninguém.

Uma ideia de educação rural se inicia num período de intenso êxodo rural no Brasil, com a modernização do campo houve uma substituição de trabalhadores por maquinários, gerando a evasão do campo. Educadores ruralistas defendiam manter essas pessoas, com o objetivo de resolver a situação de um sujeito do campo que era atrasado em comparação ao sujeito do urbano.

De início, essa educação era apresentada por educadores que majoritariamente não eram do campo, e algumas metodologias propostas, firmava ainda mais a disparidade entre os dois espaços, desde que os projetos pedagógicos negavam e isolavam a identidade do trabalhador rural, não o colocando como protagonista.

Segundo Lima (2022), a partir de 1930, foi consolidado uma corrente denominada de Ruralismo Pedagógico, que tinha como ideal impedir o êxodo rural iniciado com o processo de industrialização. O objetivo era evitar que as pessoas se mudassem para as cidades e a fixação do homem ao campo seria realizada com a implementação de escolas de ensino rural, que preparava o professor para executar o trabalho em escolas rurais.

A exemplo disso, o PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo), segundo o MEC, surge para apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais

Nos períodos anteriores a 1930, as constituições não contemplavam a educação escolar, sequer sendo mencionadas. O que aparecia em relação a esse campo, era vinculado a economia apoiada no latifúndio e no trabalho escravo (Soares, 2001). Num contexto mais recente, a educação do campo, de modo geral, é tratada na educação pela

legislação brasileira a algo remetido a paisagem de florestas e da agropecuária, mas além disso, acolhe alguns grupos como os camponeses, indígenas, caiçaras etc. Nesse sentido, o campo relaciona-se com a ligação de diferentes grupos para com a sua forma de vida enquanto sociedades.

Diante disso, um considerado marco na consolidação do campo é o decreto que institui o Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária (PRONERA) é uma ação federal que apresenta e apoia projetos voltados ao ensino de jovens e adultos que vivem em assentamentos reconhecidos pelo INCRA. Sua base é a diversidade cultural e social através de parceiras com instituições públicas e privadas, a nível estadual e municipal, em áreas de reforma agrária.

As formações envolvem alfabetização, escolarização, capacitação de educadores, cursos técnicos etc. De 1998 a 2024, o programa foi responsável pela formação de 192.764 alunos e 545 cursos. Apenas no Sudeste, há 9 projetos aprovados, 7 instituições de ensino proponentes, 7 sedes previstas de tempo escola/acadêmica e com mais de 2.000 vagas (INCRA, 2024). Nos últimos anos, o programa passou por um processo de reconstituição devido ao processo de desmonte e sucateamento.

Ainda que a Constituição Brasileira resguarde a educação do campo e as condições do trabalhador rural com esses decretos (entre outros), é inevitável considerar o desmonte, a falta de recursos necessários e o quanto a realidade camponesa ainda precisa ser muito atendida, a escola do campo precisa de práticas efetivas que construam um desenvolvimento social e econômico dessa população. Os governantes precisam ser cobrados numa escala da dívida histórica para com essa população camponesa.

No Brasil, as escolas rurais estão muito relacionadas ao abandono, ou mesmo, não possuem estrutura necessária, não mantendo professores e não oferecendo materiais mínimos para que os estudantes consigam se desenvolver. Muito do acesso que se tem, foram percorridos e oferecidos através do posicionamento direito de grupos sociais. Esses dados ainda legitimam que a cidade é mais desenvolvida, amparada, melhor.

Figura 5 - Tabela de Distribuição dos estabelecimentos escolares segundo perfis, por localização da escola – Região Sudeste – 2000

Perfil	Absoluto			%		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
nao det	1704	377	2081	4.29	2.54	3.82
port med med/baixa infra	14715	518	15233	37.08	3.49	27.94
port med med/baixa+baixa	4131	1130	5261	10.41	7.62	9.65
port med med/baixa+alta	5092	103	5195	12.83	0.69	9.53
baixa infra	359	10551	10910	0.90	71.10	20.01
baixa+port med med/baixa	712	1945	2657	1.79	13.11	4.87
baixa+alta	67	17	84	0.17	0.11	0.15
alta infra	7220	110	7330	18.19	0.74	13.44
alta+pot med med/baixa infra	5498	67	5565	13.86	0.45	10.21
alta+baixa infra	184	21	205	0.46	0.14	0.38
Total	39682	14839	54521	100.00	100.00	100.00

Fonte: MEC (2002)

A pesquisa do MEC nos anos de 2000 a 2002, busca apresentar a distribuição de escolas da Região Sudeste com base nos fatores de infraestruturas, sendo divididos em: Escolas de porte médio e média/baixa infraestrutura até alta infraestrutura. Há uma participação mais elevada de escolas de porte médio entre as escolas urbanas, com 37,1% das escolas.

Ainda no contexto urbano, as escolas consideradas de alta infraestrutura apresentam o valor de 18,2%. Já nas escolas rurais, a grande maioria são de escolas de baixa infraestrutura, com 71,1%, enquanto escolas consideradas de alta infraestrutura apresentam apenas 1% na região.

O cenário delineado nas últimas décadas, revelou importantes aspectos sobre a educação, destacando a necessidade de uma melhoria para as escolas do campo, diante dos resultados insatisfatórios de infraestrutura. Como é possível manter os filhos de trabalhadores rurais em escolas rurais, do campo ou no seu entorno? Como tornar a escola do campo mais atrativa? Ou melhor, uma escola mais atrativa do campo já é pauta dos movimentos sociais.

Ou seja, cabem as políticas públicas construir e efetivar projetos que contribuem para a compreensão da realidade camponesa, que vincule a educação às questões sociais inerentes à realidade de sua sociedade. É preciso uma pedagogia e educação que valorize a escola e a vida no campo, a fim de desenvolver uma identidade própria. É preciso escolas públicas em comunidades, acampamentos e assentamentos, uma escola que promova trajetórias de transformações sociais.

CAPÍTULO 5 – A MIGRAÇÃO COMO CONSEQUÊNCIA

A migração está presente na vida do ser humano desde muito tempo atrás. O indivíduo na sua essência nômade, se deslocava a fim de se manter vivo, em busca de abrigo, alimento e de uma certa estabilidade. Em linhas do tempo mais complexas, mesmo no sedentarismo, o ser humano ainda migrava por sobrevivência e por questões sociais, econômicas e culturais. Logo, a migração é uma ação muito antiga e a ela foi atribuída diferentes conceitos, e é vista como um fenômeno por diversos autores da Geografia tradicional e moderna.

Para Ratzel (1890), as migrações se tornam essenciais e necessárias quando o espaço vital tem sua capacidade limitada por seus recursos naturais. Ratzel elabora o conceito de “espaço vital”, onde expõe que o homem só encontraria conquista quando aprendesse a utilizar recursos da natureza através de um árduo trabalho. O autor estuda a formação do território e a difusão dos homens pelo Globo com as colonizações e migrações, que formou a distribuição e formação de raças na Terra, trabalhando o espaço do isolamento e a vivência entre os diferentes povos, desde que focava nas influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade.

Contudo, a sociedade, para ele, seria um organismo que mantém as relações de necessidade por vivência através do manejo dos solos, por exemplo, com base comportamental, onde prosperaria quem obtivesse mais poder. É possível analisar e criticar que a Geografia determinista do autor expressava um grande elogio ao imperialismo.

Vidal de La Blache (1922), elabora os princípios da Geografia Humana, e a migração tem um certo destaque. O deslocamento de povos também era essencial para o ser humano e às distribuições regionais foram criadas a partir desse movimento, estabelecendo uma Geografia Humana que era voltada para os fenômenos humanos com uma proposta de outra Geografia Regional que delimitava o território em prol de uma descrição e explicação daquele meio pela atividade humana.

Marcou uma Geografia que fala de população, agricultura, técnicas e instrumentos usados, agrupamento e de estabelecimentos humanos, propondo um relativismo através de uma relação homem-natureza na concepção Regional e histórica. Induz o homem como transformador através das técnicas, e receptor de influências do meio para propagar essas transformações.

Uma nova perspectiva sobre migrações surge com Max Sorre (1955), onde mesmo reconhecendo que outras ciências têm o domínio deste fenômeno, indica que a Geografia teria uma especificidade para melhor compreendê-lo. As principais propostas dessa corrente partem da forma pelas quais os homens organizam seu meio, e que esses deslocamentos possuem uma origem por pressões exteriores, podendo ser um desastre natural, guerra, ou algum tipo de violência. Ou seja, para entender a migração, seria necessário entender as necessidades do sujeito que migrou.

De modo geral, a gênese do conceito migração está relacionado a sobrevivência e a necessidade, que mudam conforme a realidade presente exige. Não podemos excluir que além disso, a migração está relacionada também, com a cultura e a identidade do sujeito. Portanto, não podemos ver esse fenômeno como uma situação isolada, pois está envolvido com uma dinâmica relacionada ao histórico, cultural, social e econômico, gerando produções e reproduções sociais.

Num contexto mais contemporâneo: o que o sistema atuante está exigindo do ser humano do momento? O que faz as pessoas se deslocarem para um ambiente novo, que não abraça sua identidade e que gera uma instabilidade na educação, na moradia e no próprio trabalho? No caso desta pesquisa, precisamos compreender o quanto a terra tem um valor para o sistema capitalista, e que representa o teor produtivo.

A terra é sobrevivência. Essa sobrevivência ocorre através da força de trabalho. Como consequência disso, outras atividades da vida como os estudos, são colocados como algo complementar, mas não prioritário. A falta de fixação, portanto, gera uma instabilidade, segundo a comparação entre a família A e B.

Num contexto de migração em São Paulo, podemos utilizar como exemplo famílias que trabalhavam sazonalmente em safras de algodão, café, laranja... Num contexto nordestino, a seca impulsionava a busca por novos lugares. Entre outros exemplos.

Aliás, quando analisamos o trabalhador rural, percebemos que este possui, principalmente, o desejo da estabilidade. Nas entrevistas realizadas para a pesquisa, por exemplo, há diversos relatos de que se fosse para retornar ao campo, voltariam apenas na figura do patrão. Nesse sentido, podemos dizer que a figura do patrão é aquela que delega, detém, prospera e que por fim, transmite uma vida estável.

Pra morar em sítio hoje, tem que ser dono. Pra morar no sítio nos outro hoje não tá dando lucro nenhum não. Em muitos lugar eles cobra força, não deixa

prantar nada, então que vantagem tem morar no sítio? Eu acho que não tem vantagem, hoje não. No meu tempo era. (Eva Monteiro, 63 anos, mulher.)

(...) se eu tivesse uma condição melhor. Compraria uma chácara, um sítio pequeno, onde eu pudesse morar, pra ter as minhas coisinhas (Aparecida de Jesus, 45 anos, mulher.)

E... se eu pudesse, tinha vontade de voltar pro sítio, mas pra um meu. Não gostaria de trabalhar pros outros, entendeu? Porque eu gosto de mexer com a terra, produzir, aqui em casa mesmo no quintal, tem um pezinho disso, pezinho daquilo (...). (Jair Monteiro, 45 anos, homem.)

A percepção da migração gira em torno do que é considerado o melhor para essas famílias no momento, e o cerne da questão é sempre o trabalho. Tampouco a educação dos filhos se torna uma prioridade, considerando principalmente os empecilhos envolvidos para realizar uma formação escolar.

O novo local a se trabalhar é carregado de esperança de se encontrar uma estabilidade, desde a possibilidade de permanecer um certo período com aquele patrão, realizar um bom trabalho e posteriormente ser indicado em um outro emprego. Por conseguinte, quem determina o valor do migrante é o próprio capital.

Segundo Menezes, (1985) a “(...) migração é determinada pelas relações de produção. Ela é, portanto, um processo social, que independe da vontade das pessoas.” No geral, a migração está atrelada a um condicionamento estrutural, como a falta de terra em detrimento aos grandes latifúndios e a busca por emprego.

O desenvolvimento do capitalismo, no campo, pauperiza os pequenos proprietários, moradores e rendeiros, obrigando-os a diversas atividades complementares, sendo uma das mais importantes o assalariamento temporário nas grandes propriedades. As possibilidades de emprego no dado local de origem são restritas em comparação com outras existentes em outros espaços socioeconômicos, no caso, na cidade (Grande São Paulo). Daí, a migração ser uma estratégia regularmente utilizada pelos trabalhadores do campo. (Menezes, 1985, p. 07)

A migração, seguindo esta análise, é uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rurais, marcado pela necessidade de um trabalho assalariado e sendo um processo social. A dinâmica campo-cidade é um processo que determina formas de reprodução desses trabalhadores, alterando as condições de vida, as relações familiares etc.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, pautado pelo monopólio e pela mecanização, obriga os trabalhadores a considerar e idealizar o assalariamento temporário, em grandes ou em pequenas propriedades. A possibilidade do emprego ao

menos lhe garante um direito de moradia, mesmo que sazonal. A exemplo, a trajetória das duas famílias.

Quando as condições de trabalho são precárias, a trajetória do trabalhador rural é marcada pela insegurança e pela instabilidade. Isso reforça as condições pré-estabelecidas das famílias A e B, pois a partir do momento em que a família B, através do arrendatário, conquistou estabilidade e comprou uma casa na cidade, o acesso à educação e a saúde foi possível.

Embora tenham continuado a exercer o trabalho rural, os filhos já formados da escola, se mudaram para a zona urbana do município de Lucianópolis, e gradualmente, foram deixando a roça e migrando para as cidades no entorno.

Era mais fácil na cidade. Porque no sítio meu pai tinha que levar eu até lá na porteira e depois eu tinha que ficar esperando ele na porteira ir me buscar. E na cidade não, né, a gente podia ir e vir. (Angélica Monteiro, 29 anos, mulher.)

Por que que eu vim pra cidade? Porque eu vi que no sítio a coisa tava mudando de um jeito, que ia chegar num momento que não ia ter muita perspectiva. Era só aquilo ali mesmo, muita gente que tá ali hoje, tá por causa disso. Porque se vier pra cá não tem o que fazer. As vezes não é estudado, não tem um estudo. Vai pra cidade grande pra que? Pra ficar sofrendo? (Jair Monteiro, 45 anos, homem.)

Bom. Ah, eu adoro morar no sítio! Mas as vezes na cidade seria mais melhor... porque eu vou em médico, eu preciso de médicos, de ir pra cidade... então eu prefiria então morar numa cidade. (Camila Aparecida, 25 anos, mulher)

A cidade grande aparece mais uma vez, como uma representação de melhores oportunidades de emprego e de novas perspectivas, porém, o urbano não é inclusivo para todos, e torna-se um processo inacessível por falta de qualificação exigida, ou mesmo por falta de adaptação.

Migrar para a cidade passa a representar, então, uma maneira de ampliação das possibilidades de entrar no mundo do direito. Institucionaliza-se uma cidadania excludente (Marques, 2006. p. 7)

A partir disso, os trabalhadores rurais em situação de trabalho precário e sem-terra para fixar-se, são condicionados à mobilidade excessiva em busca melhores condições:

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. E por

isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (Oliveira, 2007, p.11).

Segundo Maria Aparecida de Moraes Silva:

Produz-se a figura do volante, trabalhador livre no seu estilo mais puro. A concepção de que ele pode vender sua força de trabalho a quem lhe aprouver assume aqui o ponto mais extremado: vários patrões durante o ano. Cria-se o paradoxo, para a maioria deles, de trabalharem o ano todo e serem considerados temporários, volantes (Silva, 1999; p.83-84)

A migração forçada e excludente, torna-se perpendicular à identidade desses sujeitos. Esses trabalhadores são levados a precarização enquanto seres sociais, vivenciando um campo fragmentado, explorados pelo capital, obrigados a passarem uma vida enfrentando diferentes dinâmicas dentro da organização do trabalho e da organização social. Nesse sentido, é possível compreender que uma identidade não se constrói em si, mas sim numa relação social, através de um parecer histórico contidos na força de trabalho e no seu meio de produção.

Ainda para Silva (1999), as particularidades e individualidades desses sujeitos, são reduzidas a um denominador comum: todos eram, teoricamente, livres para vender sua força de trabalho, que na verdade, significava, os seus direitos sendo transformados em não-direitos. Esse processo migratório, dificultava a permanência aos estudos, como indicou vários dos participantes.

Alguns não consideravam a escola viável, mediante a precarização que os pais sofriam com vários patrões ao longo dos anos, passando a trabalhar logo cedo na roça, enquanto os que iam para a escola na condição de filhos de trabalhadores volantes, considerava a mudança constante de escola, difícil para manter permanência aos estudos, desde que o processo atrasava o desenvolvimento dentro da sala de aula, ou a distância do sítio para a escola, mediante a falta de condução, não era um estímulo para continuar os estudos.

5.1 - ESTABILIDADE E IDENTIDADE

Segundo Larissa Mies Bombardi (2004), ao analisar o bairro rural como identidade territorial, diz: “O território é, portanto, materialização e espelho das relações sociais”, nesse sentido, podemos abarcar os processos de produção e reprodução do espaço no meio rural através do modo de trabalho oferecido a camponeses e sitiantes.

O modo de trabalho precarizado reflete nos direitos e na identidade desses indivíduos, e os estudos não era algo sequer mencionado pelas famílias, pois a realidade estabelecida não permitia que fosse possível considerar os estudos como algo produtivo, que rendesse frutos.

Por outro lado, a representação do campo para aqueles que viveram ou vivem ainda nele, é cheia de significados. Os que permanecem no campo se consideram a própria definição do rural, e os que partiram para a cidade, exibem boas lembranças e o desejo de retornar, todavia, por uma condição: voltariam somente se fossem donos daquelas terras.

Ou seja, voltar a trabalhar para alguém nessa organização de trabalho, seria inviável. Essa materialização e espelho das relações sociais, nos mostram como a vida no campo poderia ser igualmente vista como promissora, como a da cidade, contudo, os processos de produção e de reprodução do espaço do meio rural, reduzem a terra como produto, como mercadoria, e o sistema de dominação-exploração configura e categoriza o indivíduo.

As narrativas expõem o campo como um espaço melhor que o da cidade, sendo assim, eles indicam que só foram à cidade, por necessidade de estabilidade na vida. Ao perguntar o que é estabilidade para esses indivíduos, respostas como: “ter uma casa própria” e “ter um bom emprego” dominam.

Tipo, eu seria mais estável se eu tivesse, assim, uma casa própria... (Aparecida de Jesus, 45 anos, mulher.)

Uma vida estável é você ter um, uma casa própria, é você ter um... Ah uma casa própria, você ter um carro bom, sei lá... um emprego bom, não sei... acho que é isso que é estabilidade né?! (Adair Aparecido, 44 anos, homem.)

Ah, acho o seguinte. O conforto... a pessoa estudando e tendo uma casa pra eles, que é da gente mesmo (Eva Miguel, 63 anos, mulher.)

O trabalho dos pais na roça era considerado algo bonito e admirável, e enquanto crianças, ansiavam poder participar do plantio e da colheita. Ao perguntar sobre as perspectivas que tinham na infância, enumeram sonhos perdidos e desconsiderados pela falta de estudo e de instrução, segundo eles mesmos.

Os filhos da família A, mostram arrependimento em relação aos estudos não concluídos, pois consideram a educação importante para o desenvolvimento do indivíduo, e colocam a escola como primeiro plano para a vida de seus filhos hoje, para que eles possam ter mais oportunidades e possibilidades na vida.

Nesse caso, o ato de concluir a escola, é um ato de luta, possibilitado pelas políticas de permanência que as instituições de ensino hoje oferecem, diferentemente de antigamente, embora estas ainda não valorizam a realidade do indivíduo do campo. Por ora, os filhos da família B terminaram os estudos, e um deles hoje, possui ensino técnico-superior. Todos consideram a educação importante para o indivíduo também.

Por conseguinte, é fundamental considerar os conceitos de identidade a fim de compreender a constituição do “ser” ou “não ser” ou o “estar sendo” no espaço do campo. Outro ponto a ser considerado, é a análise de identidade dentro das relações sociais, tendo em vista as subjetividades exercidas.

Com isso, os pais desses filhos de trabalhadores rurais trouxeram a eles um exemplo de luta e de determinação, onde o trabalho era inspirador, mas também muito sofrido. Superar essa realidade, significaria passar para seus filhos, a possibilidade dos estudos e do trabalho fora da roça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que a partir do momento em que a terra é colocada como fundamento de dominação e de exploração do patrão sobre o trabalhador, este está envolvido numa relação precária de trabalho. Essa condição o condiciona à uma instabilidade em relação a educação e a moradia, levando-o a uma mobilidade excludente e forçada, onde o sustento da família é priorizado.

Evidencia-se o abandono da escola e a impossibilidade de ver os estudos como algo que gerasse frutos, e o trabalho na roça para dar suporte aos pais, era colocado como primeiro plano. Isso não só porque a escola não oferecia estrutura e não correspondesse a realidade do indivíduo do campo, mas também porque a extrema pobreza vinculada à precarização do trabalho no campo, não permitia que outra realidade viesse à tona, senão a do emprego precoce.

Além disso, falta de instrução dos próprios pais não estimulava a ida de seus filhos à escola, bem como a falta de condução, estímulo dos próprios educadores e, principalmente, às constantes migrações que os pais realizavam em busca de emprego.

Essas migrações afetavam as relações interpessoais, dificultando a criação de laços desses filhos para com os colegas da escola e com o próprio espaço em si, visto que quando um vínculo era estabelecido, teria de ser quebrado por causa dessas constantes mudanças. A ideia de nunca finalizar algo, não permitiu que alguns desses filhos conseguissem se manter na escola, e a vergonha por estar atrasado nos conteúdos, também atrapalhava.

Ademais, ao entrevistar esses dois grupos comparativos, foi possível compreender a importância da terra e da moradia fixa como elemento fundamental para gerar possibilidades.

Enquanto a família A era estabelecida por trabalhadores volantes, que mudavam de sítio em sítio e de município em município, nenhum dos filhos finalizou o ensino básico entre a infância e a adolescência. A família B conseguiu estabelecer-se na cidade de Lucianópolis, e enquanto os pais mantiveram o trabalho rural nas fazendas, esses filhos começaram a traçar planos, que envolviam concluir os estudos. Por fim, todos os filhos

da família B, mudaram para a cidade grande, posteriormente, a fim de melhores condições de vida, assegurados por uma qualificação: a conclusão do ensino básico.

A cidade não favorecia, mas sim assustava os filhos da família A, e alguns sem a conclusão do ensino básico, chegaram a mudar-se para o espaço urbano, mas retornaram ao sítio por falta de adaptação e de qualificação. A maioria desses indivíduos se colocaram como parte do rural, eliminando a cidade não por pensarem que não precisam deste espaço para alcançar sonhos e objetivos, mas porque esta não atendia às suas identidades e subjetividades.

Contudo, podemos levantar a questão, de que se houvesse políticas sociais e estruturais pela permanência na terra, bem como uma escola rural que oferecesse atenção a cultura, realidade identidade de indivíduos no campo, estes talvez, estariam mais interessados pela escola. A escola e a escolarização, portanto, pararia de ser algo distante.

Nesse sentido, a educação no campo está caracterizada pela sua relação de trabalho, confrontada pela negação de uma educação que estimule a continuar vivendo do trabalho com a terra. Estas relações de trabalho se transformam juntamente ao processo produtivo do campo em consequência do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista.

Logo, hoje grandes complexos industriais são inseridos no campo, onde o agricultor tem sua força de trabalho diminuída por maquinários, o que provoca ainda mais, a falta de permanência no espaço rural. Os entrevistados relatam a perda do trabalho manual como um dos principais componentes de transformação do campo. E correspondentemente, voltamos a questionar novamente, a possibilidade de estabelecer uma permanência, um vínculo ao lugar, para os trabalhadores rurais.

Dentre os arrependimentos que surgem aos filhos de trabalhadores rurais que não concluíram o ensino básico pela mobilidade excessiva, também é manifestado, o sentimento de não permitir o mesmo aos seus próprios filhos. A educação para o indivíduo aparece como algo essencial, como chave para "ser alguém". Ser alguém, nesse contexto, significa ter uma estabilidade acerca dos estudos, no qual ofereceria uma chance a mais, capaz de evitar o sofrimento que esses filhos que hoje já são pais, passaram na infância.

Contudo, ao falar de estabilidade, esses filhos respondem justamente sobre a questão da permanência. Ter uma casa própria, um sítio, ou um pedaço de terra, é algo idealizado.

Por fim, a identidade do trabalho rural, e em especial o trabalhador volante, está remetida a uma condição imposta por formações estruturais relacionada a força de trabalho e a exploração. As relações de classe e trabalho definem o papel e o modo de vida do indivíduo, sobretudo, a sua educação. O modo de trabalho precarizado quando materializado, abarcam os processos de produção e de reprodução do espaço, onde a realidade estabelecida não compreendia a escola como algo produtivo, e nesse processo, surgem as dificuldades em completar o ensino básico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIO, Clésio Acilino. **Por uma educação do campo:** um movimento popular de base política e pedagógica para a educação do campo no Brasil. 2010. 234 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BASSO, Jaqueline Daniela; BEZERRA NETO, Luiz. A Educação escolar rural no estado de São Paulo entre 1980 e 1970: Breve discussão sobre o ruralismo pedagógico. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 50, p. 63-76, 2013.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil.** 2003. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia.. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.L.], n. 1, p. 55-95, 20 dez. 2004. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

BRANCO, M. T. C. **Identidade e educação dos jovens sem terra.** In: Reunião Anual da ANPED, 25., 2002, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2002

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação do Campo: marcos normativos.** Brasília: Secadi/Mec, 2012. 96 p.

BRASIL, Ministério da Educação. **Tipologias regionais dos estabelecimentos escolares brasileiros: a região Sudeste.** 2002. Plano Nacional de Educação. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/PNE/se_tipol. Acesso em: 10 maio 2025

GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. A história oral nos vãos da democracia. In: GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro (org.). **História oral:** a democracia das vozes. São Paulo: Pontocom, 2019. p. 9-17

LIMA, Wanda Pereira de. Práticas pedagógicas nas escolas do campo em Mineiros-GO: práxis, emancipação e transformação social. 2023. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mineiros, 2023.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Agrária**, São Paulo, Nº 5, pp. 170 - 185, 2006

MENEZES, Maria Aparecida. Família, Juventude e Migrações. **Revista Antropológicas**, [s. l], v. 23, n. 16, p. 114-136, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: (migração, família e reprodução da força de trabalho)**. 1985. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 1985

MOLINA, Mônica Castagna. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E PESQUISA II: questões para reflexão**. Brasília: Mda/Mec, 2010. 196 p.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 11-165, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia. Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec. 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184p.

RIBEIRO, Marlene. Desafios postos à educação do campo. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, nº 50 (especial), p. 150-171, Mai 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 363p

SOARES, Edla de Araújo Lira. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. 36. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2001. 26 p.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890- 1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. 407 p.